

João Antônio, fascinado pelas palavras. É um perigo?

Leo Gilson Ribeiro

Jornal da Tarde, 1982-11-13. Aguardando revisão.

Dedo-Duro, de João Antônio (Editora Record, 181 páginas), significa, claramente, um ponto de inflexão na obra já extensa do autor de *Malagueta*, *Perus e Bacanaço* e *Leão-de-Chácara*.

João Antônio, na maioria de suas obras anteriores inaugurou no Brasil contemporâneo, com vigor e originalidade admiráveis, uma literatura veementemente social, tributária no tempo dos enfoques de Manuel Antônio de Almeida, Aluísio de Azevedo e outros que corajosamente mudaram em 180 graus a nossa angulação literária. O submundo de todos os marginais de uma estrutura social força com a sua descrição arrebatada e convincente não só um repensamento dos valores da sociedade em que, às vezes inconscientemente compactuamos em perpetuar como ela está, como também surpreende o leitor com o dinamismo, a vitalidade de todo um estrato social e político a teimar todos os dias em sobreviver, seja pelos meios à mão, éticos, aéticos ou antiéticos. As prostitutas, os punguistas, os ladrões, a polícia no seu encalço, os operários exangues, afrontados pelo salário-mínimo, os bêbados, os jogadores de sinuca, os traficantes de maconha e de “muamba”, os detentos – a lista seria demasiado extensa para ser citada aqui. João Antônio fez com a literatura brasileira o mesmo que um cientista, ao erguer uma pedra que vendava a nossos olhos, uma chusma de seres vivos a revolverem-se e se entredevorarem na lama debaixo da toalha imaculada e dos víveres “civilizados” do piquenique brasileiro das classes médias num até então idílico *dejeuner sur l’herbe*.

A grande distinção de João Antônio lhe advinha de não se apiedar desses humildes, ofendidos, explorados, nem de falsear os seus defeitos e virtudes. Sem maniqueísmos do tipo os pobres todos uniformemente bons e generosos, estoicos e heroicos, o resto carregado só de maldades, injustiça e egoísmo feroz, os agentes e vítimas do seu submundo não eram uniformes. Não nos davam uma lição de distribuição equitativa de renda, não constituíam um comício retórico de nenhum candidato em caça de votos nem um apelo cristão em busca de conversão à doutrina espiritual do legítimo amor ao próximo.

Inteligentemente, João Antônio não enveredava pelo naturalismo à la Zola, decalcando, em português, as premissas e conclusões dos romances de tese como *Germinal*. Os matizes salvavam o escritor brasileiro de qualquer panfletarismo primário. Nele, a literatura convivía com

seus plenos direitos estéticos lado a lado com a oblíqua, nunca insistente, denúncia ética da podridão intrínseca de um paleocapitalismo como o que ainda, *mutatis mutandis*, subsiste no Brasil. Uma estrutura que urge reformar, atualizar, sob pena de cairmos numa polarização entre o imobilismo cego e contraproducente e um totalitarismo que nos promete cinicamente um paraíso cubano ou moscovita. Um paraíso, aliás, desmentido dia a dia pela libertação de poetas prisioneiros dos cárceres de Fidel Castro, como Armando Valladares e outros 45 mil presos políticos da Ilha-Quartel soviético do Caribe. Ou pelos milhões que fervilham nos campos de concentração, o *Gulag* da Sibéria russa, a massacrar diuturnamente os Sakharovs, os Scharanskys em agonia lenta e monstruosa de fome contra as condições subumanas do encarceramento de dissidentes políticos na URSS.

Seu último livro, *Dedo-Duro*, revela um João Antônio diante de uma bifurcação provavelmente decisiva para o seu futuro como escritor. Ele enveredará por uma literatura de tipo bandeira ideológica da “ditadura do proletariado” ou verá mais lucidamente outras opções para a solução das distorções sociais violentas que o Brasil apresenta? Porque, tudo indica, este seu livro recém-publicado denota, sem dúvida, um afrouxamento da maravilhosa autoanálise que impedia seus textos de se confundirem com robôs da militância política. Mais ainda: este livro revela que João Antônio se encontra em um momento de interrogação de si mesmo e, sobretudo – defeito mais grave – preso num cipoal de palavras que quase sufoca o relato. Em vários pontos do volume ele confessa o que o leitor já decifrou desde as primeiras páginas: seu fascínio hoje asfixiante, pelas palavras, pela sua cor, sabor, cheiro, música, ritmo, sensualidade, valor expressivo novo, poder encantatório, quase mágico e sacral. Ele confessa (p. 129): “Estes anos a fio, tenho sido viciado nas palavras”, confirmação da afirmação anterior (p. 113): “Destrambelhei-me no gosto pelas palavras” e que atinge o seu máximo (p. 124 e p. 125) na declaração sem rodeios, franca: “Lambendo e brincando, uma a uma das palavras, atento, embalado, amante – do jeito, do sestro, do desenho, sonoridade, sensualidade, doçura, porrada, murro, cipoada e suor particular de cada uma das palavras”.

Ora, esse deslumbramento pelas palavras tem, evidentemente, no mínimo, dois lados. Por um deles o autor cria palavras ou cara as que o povo forjou, como ensinava Mário de Andrade, para exprimir outras realidades que não são as de Portugal; por outro lado, João Antônio sucumbe ao êxtase indiscriminado perante as palavras e se torna um autor em grande parte incompreensível para que não dispuser de um glossário volumoso contendo o significado desse vocabulário dinâmico, mutante, da gíria, da alteração de palavras já existentes. Algo parecido acontece com os autores franceses Raymond Queneau e Jean Genet, criando, até para leitores cultos franceses, barreiras de apreensão de uma realidade codificada e inviolável nas suas palavras-senhas, para citar apenas dois exemplos.

Finalmente, o autor brasileiro emaranha-se numa visão que se poderia chamar de pelo menos autoritária, a decretar, arbitrariamente, quais são os autores “machos”: “E convivi com a chamada literatura de homem: Gorki, Jack London, Hemingway, Steinbeck, Zola”. Essa frase significa a aderência do autor a essa rotulagem? Se sim, conseqüentemente ignora ou tacha de efeminada ou pouco máscula a literatura de um Faulkner, de um Flaubert, de um Kafka?! Desse casuísmo que do político emigra para o literário decorrem outras falhas: porque não seria

machíssima a literatura de um Mário Vargas Llosa a relatar os horrores de um ginásio peruano de regulamentos fascistas ou a guerra entre os seguidores de um misticismo fanático-religioso na Bahia e as tropas militares do Sul “civilizado”? E por acaso Euclides da Cunha seria pouco viril com *Os Sertões*?

Numa de suas afirmações parcialmente verdadeiras – e, portanto, parcialmente errôneas, mentirosas, também – Walter Benjamin, um dos pretensos “papas” dos comentaristas modernos de literatura, decretou que, “a partir de Baudelaire”, o artista ocidental trabalha com o lixo dessa sociedade a cuja autópsia ele procedia com a indiferença de um cirurgião. João Antônio se insere na parte verdadeira da generalização de Benjamin. Mas um Proust, uma Virginia Woolf, um Joyce, enfaticamente NÃO fizeram do lixo social seu material para obras-primas, nem Musil, nem Thomas Mann, nem muitos outros. A que vem então a citação meio verdade meio erro? Vem como constatação de que – se aceitarmos as premissas de Walter Benjamin – mesmo o lixo como argamassa do autor contemporâneo precisa sofrer aquela transformação em material de arte que só o estilo preserva, pois o que é a arte senão a estilização da realidade, ou seja, o corte de alguns de seus aspectos, o acirramento deliberado de outros, sem o que o melhor trabalho literário é um gráfico do IBGE sobre a realidade social, econômica etc. do povo brasileiro, ou uma plataforma política empolada de retórica eleiçoeira ou um engodo premeditado com a colaboração do fraseado vazio?

João Antônio, neste seu momento de pausa indefinida, acumula de modo excessivo centenas de palavras que, se têm a expressividade que deseja, paralelamente tornam o mundo que elas querem descrever hermético, barroco, no sentido pejorativo do termo, palavroso demais, obtendo, não a comunhão do autor com os propósitos evidentemente nobres e idealistas do autor, mas sim a sua incompreensão e, no pior dos casos, o seu enfado e desinteresse pela obra.

Embora muitos termos possam ser adivinhados pelo leitor quando agrupados a outras frases, essas, sim, compreensíveis, a acumulação de palavras só para iniciados torna o texto uma montanha-russa de acertos misturados com desacertos: “É uma variedade de peças: dos parceirinhos jogadores, patrões e cavalos, curiosos, remandileiros, velhos estrepados e sós, desocupados, famintos, gentes da noite, fumetas, ao pintas de outros campos, choros, lanceiros e roupeiros, tudo gente que bate carteira, pisa macio e se alivia de qualquer maneira”. O que são “vagulinos”? O que é “A minha estia”? O que significam “loques”? E “cafofos”? “Grinfa”? “Faço uma presença”? E “corrido da canuncha”? “O perepepé de Zé Peteleco, o Sé Vesto”? “Mundrunqueiro”? “A congesta”? “Um mala”? “Não tenho recueta”? “Capiongo”? “Espiantado”? e dezenas de palavras mais, à primeira vista indecifráveis?

João Antônio nesta sua fase de indecisão resvala frequentemente pelo lugar-comum, traço ausente de seus livros melhores, chegando, se este é o vocabulário a ser usado, ao “tatibitáti” de proclamar sem exame melhor da obviedade que: “Não há, sei lá, nada para doer quanto o passado”. Ou: “Você, mulher, nem sabe a poesia que tem”. “Esparramada, secreta, inteiriça, ela era a vida, sim. Doía e linda”, ou ainda, “Mas você me sorri, mulher, e a vida vive” ...

Esses senões empanam os propósitos inteiramente válidos, urgentes mesmo da literatura de João Antônio: o massacre da música popular brasileira pelas rádios, gravadoras e colonizadores estrangeiros ou colaboradores venais nacionais a impor-nos sucessivamente o *rock*, o *swing*, o *soul*, ou o que for sufocando totalmente a difusão do chorinho, do samba, de toda e qualquer expressão de autenticidade artística de um povo. Sua insistência no valor estoico dos que vegetam com o salário-mínimo. Sua denúncia de que, em muitos casos, a polícia pode tornar-se a antítese do que deveria ser, criando máfias com ladrões, alcaguetes e traficantes de “moambas” e drogas. Mas, ao contrário, por exemplo, de um autor que lhe está próximo, Rubem Fonseca, João Antônio é incapaz, neste livro, de vencer um maniqueísmo binário (senão primário) e apontar um policial decente ou um malandro monstruoso de crueldade. É certo que as responsabilidades morais de quem dispõe de armas e toda uma infraestrutura para defender a justiça e a lei, em favor dos mais fracos e sem discriminações de classe, são maiores. Portanto, não justificam nunca a tomada da lei em suas próprias mãos como o Esquadrão da Morte, as torturas e sevícias nas delegacias e prisões.

Estes e outros temas profundos, atinentes à democracia e ao binômio justiça e liberdade, são abordados por João Antônio. Até, em alguns momentos, breves, com extrema precisão, força de convicção e autenticidade artística. Noutros, enredado pelo canto de sereias das palavras em demasia que o cegam para o valor de uma escrita enxuta como a do escritor que justamente ele preza, Graciliano Ramos. Que ele tenha um estilo em tudo diferente do autor de *Vidas Secas* é seu direito e corresponde ao tipo, inegável, de seu talento. Mas se João Antônio quiser manter-se fiel ao espírito de Lima Barreto, a quem dedica o livro, e ao espírito de Eça de Queiroz e outros mestres da língua portuguesa que ele cita em seus trechos abundantemente longos de sua autobiografia, é indispensável que ele prossiga em suas leituras e reflexões. Bitolar um dos quatro ou cinco talentos mais vivos do Brasil de hoje, o de João Antônio, seria colaborar, pelo silêncio cúmplice, para a sua desorientação filosófica de visão do mundo e de seu estilo literário. Para relembrar um ditado popular que ele mesmo sublinha em um dos trechos desse seu último livro: “o afobadinho como cru”.